



## Cúpula de Legisladores debate leis a favor da sustentabilidade

Discussão com parlamentares de todo o mundo começa hoje na Rio+20 para propor legislação em prol do desenvolvimento sustentável

**D**e hoje até domingo, um colegiado de parlamentares de todo o mundo vai discutir no Rio de Janeiro o

estabelecimento de leis que favoreçam o desenvolvimento sustentável. A conferência das Nações Unidas vai abrigar ainda audiên-

cias conjuntas das comissões de Meio Ambiente e de Agricultura e Reforma Agrária do Senado.

Também hoje, o Brasil assume

a presidência da Rio+20 e passa a coordenar as negociações sobre o documento final, que ainda não obteve consenso. **3**

### Correção em MP evita perda para médicos **6**

### Em debate, peritos do INSS pedem proteção contra agressões

Em quatro anos, 102 médicos do instituto que negaram concessão do auxílio-doença foram vítimas de violência, segundo dados levados à Comissão de Direitos Humanos. **8**



De pé, os deputados Miro Teixeira e Cândido Vaccarezza divergem sobre a não convocação de ex-diretor do Dnit

### CPI abre sigilo de governadores e dispensa Pagot e Cavendish

Dados bancários, fiscais, telefônicos e de internet de Marconi Perillo e Agnelo Queiroz serão acessados pela comissão, que decidiu não convocar ex-diretor do Dnit e ex-dono da Delta. Mulher de Cachoeira e radialista vão depor. **5**

### Senadores cobram mais investimento em infraestrutura **4**

### TCU: áreas ricas têm verba pública no Norte **7**



Lima Junior (D), do TCU, aponta falha em empréstimos na Amazônia durante debate na CRA, presidida por Acir Gurgacz (C)

### Projeto cria free-shops em cidades de fronteira **2**

### Estados querem fatia maior da arrecadação federal **6**



Seminário Caminhos para a Inovação foi promovido ontem no Interlegis pela Comissão de Ciência e Tecnologia

### Debate pode gerar projeto de estímulo à pesquisa

Inspirado na exposição do astrônomo Marcelo Gleiser, ontem no Senado, Cristovam Buarque sugeriu projeto obrigando bolsista de pós-graduação a dar palestras sobre ciência. **4**

# Cidades de fronteira no país poderão ter *free shops*

Projeto aprovado em comissão beneficia 28 cidades de nove estados. Proposta também cria sistema de restituição de impostos federais, equivalente à *tax free*, para turista estrangeiro que adquire bens no país

AS CIDADES BRASILEIRAS na fronteira com outros países poderão contar com lojas francas (*free shops*) para a venda de mercadoria nacional ou estrangeira e pagamento em real ou outras moedas. Esse é o objetivo do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 11/12, aprovado ontem na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Serão beneficiadas as cidades consideradas gêmeas de cidades estrangeiras nas fronteiras do Brasil com outros países da América do Sul. Como observa o relator da matéria, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), encontram-se nessa situação 28 cidades nos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Mato Grosso do Sul, Paraná, Roraima, Rondônia, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

— Atualmente, essas cidades vivem um paradoxo, pois, do outro lado da fronteira, existem lojas francas e do lado brasileiro, não. Com

isso, perdemos mão de obra e divisas, pois os brasileiros fazem suas compras do outro lado — disse Mozarildo em voto favorável ao projeto.

Ao apoiar a proposta, Pedro Simon (PMDB-RS) lembrou que a região de fronteira do Rio Grande do Sul já foi “uma das mais prósperas do país” e atualmente enfrenta grandes dificuldades.

O projeto também cria o Regime Aduaneiro Especial de Exportação pelo Varejo Nacional, destinado a beneficiar o turista estrangeiro que adquire bens portáteis no Brasil, com a restituição de impostos e contribuições federais no momento de retorno a seu país. A medida equivale à política de *tax free* adotada em diversos países.

Segundo o relator, a iniciativa pode ajudar o país a ser incluído na “rota do turismo de compras”, que tem ajudado a movimentar grandes economias, como a dos Estados Unidos.

O projeto será examinado agora pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

## Banco Mundial

Dois outros projetos receberam pareceres favoráveis da CRE, presidida por Fernando Collor (PTB-AL). O Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 78/12 ratifica duas emendas à Convenção do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), conhecido como Banco Mundial.

As mudanças são consideradas positivas pelo governo brasileiro por beneficiarem os países em desenvolvimento. Uma delas aumenta o número de votos necessários para modificar a convenção, o que aumentaria a legitimidade das decisões. A outra destina-se a aumentar a participação dos países em desenvolvimento.

Já o PDS 215/12 aprova acordo firmado com Camarões para regulamentar a atividade remunerada de dependentes de pessoal diplomático.



Sarney (3º à esq.) e Dilma na solenidade que homenageou 169 empresas

## Sarney participa de premiação a indústrias de cana-de-açúcar

Ao lado da presidente Dilma Rousseff, o presidente do Senado, José Sarney, participou ontem da solenidade de outorga do selo de boas práticas às indústrias de cana-de-açúcar. O certificado de Empresa Compromissada foi concedido pela Comissão Nacional de Diálogo e Avaliação do Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar.

O objetivo da iniciativa é aprimorar as condições de trabalho nessa cultura, tradicionalmente penosas, assim como promover a reinserção

ocupacional dos trabalhadores desempregados por conta do avanço da mecanização. Receberam o certificado 169 empresas.

Dilma Rousseff destacou, em discurso, o significado do diálogo nas relações trabalhistas para melhorar as condições e a produtividade do setor. O ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, lembrou que a comissão não substitui o papel dos agentes do Estado na fiscalização das relações de trabalho na cultura da cana-de-açúcar.

## Presidente do Parlatino quer apoio para construção de sede

José Sarney recebeu ontem a visita do presidente do Parlamento Latino-Americano (Parlatino), Elías Castillo González, e do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), vice-presidente da Junta Diretora do órgão.

Eles pediram a Sarney apoio do Brasil na construção da sede definitiva do Parlatino, no Panamá. Segundo González, o terreno foi doado pelo governo panamenho e o valor orçado para o edifício é de cerca de US\$ 12,5 milhões.

— Já temos 52% construídos e a expectativa é de inaugurar até maio do próximo ano — afirmou.

Sarney sugeriu que uma petição oficial sobre o assunto seja encaminhada ao Ministério das Relações Exteriores. Ele ainda destacou o caráter de unidade da política internacional no Brasil, em que não há “governo ou oposição”.

— O governo brasileiro é muito interessado na integração da América Latina — disse Sarney.



De um lado, a paraguaia Pedro Juan Caballero, do outro, Ponta Porã (MS): projeto beneficia as “gêmeas” brasileiras

## Mozarildo pede que governo aceite medida

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu ontem, em Plenário, que o governo federal reveja posição contrária ao projeto que autoriza o funcionamento de lojas francas (*free shops*) nas cidades brasileiras de fronteira.

Segundo ele, o Ministério da Fazenda está contra a medida com o argumento de que o país perderia impostos.

— Quero aqui fazer um

pedido ao governo da presidente Dilma, que examine isso com outra lente, e não com essa lente pequena sobre o que vai se recolher de impostos. Muito mais do que isso é o que nós estamos perdendo hoje com o dinheiro que gastamos do lado de lá, com a falta de geração de empregos — ressaltou.

O senador relatou a matéria aprovada ontem na CRE.



Cidades perdem dinheiro para o outro lado da fronteira, diz o senador

## Souza faz balanço do primeiro ano de mandato



Souza fala dos projetos apresentados e do seu trabalho nas comissões

Ao completar um ano como senador, Sérgio Souza (PMDB-PR) fez ontem um balanço do mandato. Ele já apresentou 19 projetos de lei e duas propostas de emenda à Constituição (PECs).

Entre os projetos, estão o que atualiza a Lei de Improbidade Administrativa (PLS 765/11) e o que inclui as disciplinas de Cidadania Moral e Ética no

ensino fundamental e de Ética Social e Política no ensino médio (PLS 2/12).

O senador é titular de três comissões permanentes do Senado e suplente de outras três. Também é titular da CPI do Cachoeira. Souza ocupa a vaga de Gleisi Hoffmann (PT-PR), que se licenciou para assumir o cargo de ministra da Casa Civil.

### ADIAMENTO

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 18h20 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO: Sessão não deliberativa

9h Na sessão de hoje, não haverá votação de matérias, apenas pronunciamentos de senadores. Paulo Paim (PT-SP) é um dos oradores inscritos.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Cúpula Mundial de Legisladores começa hoje, na conferência que acontece no Rio, a discutir o estabelecimento de uma legislação favorável ao desenvolvimento sustentável

# Rio+20 busca leis em prol da sustentabilidade

COMEÇA HOJE E vai até domingo a Cúpula Mundial de Legisladores, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. O objetivo é debater o estabelecimento de legislação favorável ao desenvolvimento sustentável. Participarão o presidente do Senado, José Sarney, e o 1º secretário, Cícero Lucena (PSDB-PB), que é presidente, no Brasil, da Globe International, entidade que reúne parlamentares de todo o mundo e promove a Cúpula de Legisladores.

Quarta-feira será a vez das comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realizarem audiência pública conjunta no Rio de Janeiro.

A Comissão Mista de Mudanças Climáticas (CMMC) também fará audiências públicas durante a Rio+20, nos dias 19 e 21. A primeira vai debater os princípios da Política Nacional sobre Mudança do Clima, com o senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), presidente da CMA; o deputado Sarney Filho (PV-MA), presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados; e Karen Regina Suassuna, diretora do Departamento de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente.

A segunda reunião da CMMC vai debater os objetivos, o alcance e os resultados da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e terá como convidados Manuel Pulgar-Vidal, ministro do Ambiente do Peru; Robby Ramlakhan, do Ministério das Relações Exteriores do Suriname; o embaixador Alejandro A. Gordillo, secretário-geral da OTCA; e o embaixador Horácio Sevilla Borja, chefe da missão diplomática do Equador no Brasil e presidente da Comissão de Coordenação do Conselho de Cooperação Amazônica.



Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota (D) exhibe certificado ambiental recebido pelo Brasil na Rio+20

## Falta consenso sobre o documento final

Acaba hoje a reunião preparatória sobre o documento final da Rio+20. O texto está em estágio avançado, segundo o negociador-chefe da delegação brasileira, embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, mas diversos pontos continuam sem consenso: transferência de tecnologia para energia limpa, financiamento da transição da economia tradicional para a sustentável e implantação da infraestrutura para desenvolvimento sustentável. Caso não se chegue a um consenso hoje, disse Machado, as negociações persistirão até o final da Rio+20, dia 22.

A partir de hoje, o Brasil assume a presidência da Rio+20 e passa a coordenar as negociações. Segundo Machado, o país pode, como coordenador, sugerir soluções para pontos de difícil acordo.

O embaixador afirmou que a transferência de tecnologia causa divergências desde Rio-92, há 20 anos. Segundo ele, é preciso, antes de se estabelecer novas normas, criar meios de garantir o que foi pactuado em 1992, mas não foi efetivado.

— Interessa a nós um documento final forte, e não apenas um meio termo entre os interesses dos países — afirmou.

Ele revelou haver consenso sobre a necessidade de fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), mas ainda não há uma decisão se será fortalecido o programa, nos moldes como ele existe hoje, ou se o Pnuma será transformado em agência ou organização das Nações Unidas.

Nikhil Seth, diretor da Divisão de Desenvolvimento Sustentável da ONU, disse que ainda há “de três a cinco” assuntos importantes a serem negociados, que variam de país para país, de acordo com seus interesses.

## Collor diz que é preciso evitar retrocessos

Fernando Collor (PTB-AL) ressaltou ontem a necessidade de evitar retrocessos em acordos firmados na Rio-92.



Waldecir Barreto/Agência Senado

O presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE) recordou que, por iniciativa brasileira, foi incluído no primeiro rascunho da declaração final da Rio+20 o princípio do não retrocesso, com o qual o governo brasileiro espera preservar textos como os das convenções de Biodiversidade e Mudanças Climáticas, firmados pelos chefes de Estado e de governo durante a Rio-92.

O senador observou que a inclusão desse princípio defendido pelo Brasil enfrenta a oposição de países como Estados Unidos, Canadá, Japão e Suíça, além da União Europeia.

— Devemos estar atentos para que não se perpetre esse crime de lesa-Humanidade — recomendou Collor ontem, na abertura da reunião da CRE.

## Vanessa aponta avanços do Brasil após a conferência de 1992 no Rio

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse ontem que a legislação ambiental brasileira é uma das mais modernas do mundo e considerou que isso se deve, em parte, à Agenda 21, resultante da Rio-92.

A senadora recordou que, além dos decretos com os resultados da Rio-92, novas leis foram criadas. Ela também



Waldecir Barreto/Agência Senado

apresentou dados que revelam redução do desmatamento nas últimas duas décadas.

Vanessa alertou que outros problemas tornaram-se agudos: miséria, fome, insegurança alimentar, trabalho precário, doenças, derretimento das calotas de gelo dos polos, aumento de fenômenos climáticos extremos e tráfico de drogas.

## Brasil vai enfatizar inclusão social e preservação, afirma Wellington

Wellington Dias (PT-PI) disse que na Rio+20 o Brasil deverá priorizar propostas sobre preservação ambiental a partir da inclusão social.

— Queremos mostrar ao mundo que é possível, como tem sido feito nos governos de Lula e Dilma — disse.

Como exemplo, o senador citou o Programa Bolsa Verde,



Waldecir Barreto/Agência Senado

que faz parte do Plano Brasil sem Miséria e consiste numa bolsa de R\$ 300 a cada três meses para famílias carentes que preservarem o meio ambiente sem recorrer ao extrativismo predatório para garantir a sobrevivência. Isso, disse ele, permite inclusão produtiva de agricultores, pescadores e comunidades tradicionais.

## Suplicy destaca evento sobre combate à pobreza



Waldecir Barreto/Agência Senado

Eduardo Suplicy (PT-SP) relatou sua participação, na França, em evento do Projeto No Poor (Pobre nenhum), entidade voltada para pesquisa e elaboração de propostas para a erradicação da pobreza em todo o planeta.

O senador disse que foi convidado para falar sobre o plano brasileiro de combate à pobreza extrema, o Brasil sem Miséria, e sobre as ações de transferência de renda, como renda mínima e o Programa Bolsa Família.

— Em 2003, 17,5% das famílias viviam abaixo da linha de pobreza no Brasil, em 2008, 8,8% — disse.

## Para Capiberibe, crise ambiental veio para ficar



Waldecir Barreto/Agência Senado

As mudanças climáticas, a perda de biodiversidade, o esgotamento dos recursos naturais e a poluição dos meios naturais são os quatro riscos que sintetizam a crise ecológica atual, afirmou João Capiberibe (PSB-AP).

— Podemos vencer as crises políticas, superar as econômicas e até as éticas, mas a crise ambiental é definitiva, não tem retorno. O que podemos fazer é mudar de rumo, de atitude, mudar o padrão de consumo e de produção que norteia a sociedade global — afirmou senador, que se disse “reconfortado” com a Rio+20.

## Bauer propõe incentivo a doações para recicladores



Waldecir Barreto/Agência Senado

Para possibilitar o engajamento na promoção da economia verde, Paulo Bauer (PSDB-SC) apresentou projeto que permite a pessoas físicas e jurídicas deduzirem do Imposto de Renda doações feitas para atividades de reciclagem e tratamento de

resíduos sólidos realizadas por cooperativas, associações de catadores de lixo e empresas de limpeza urbana. O senador disse que a iniciativa ocorre na “vereda dos bons ventos” trazidos pela Conferência Rio+20. O PLS 187/12 encontra-se na Comissão de Meio Ambiente.

# Senadores pedem a Gleisi atenção à infraestrutura

Em reunião com a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, parlamentares disseram que medidas de incentivo ao consumo adotadas pelo governo não são suficientes para reaquecer economia

TREZE SENADORES PEDI- RAM ontem à ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, em reunião no Palácio do Planalto, mais investimentos para infraestrutura no país. Integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), eles disseram que pouco adiantarão as medidas de aquecimento da economia adotadas pelo governo se não forem feitas melhorias no setor.

Uma das reivindicações é a retomada das obras sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), principalmente a recuperação e a conservação de estradas.

Dos R\$ 15,5 bilhões disponíveis no Orçamento de 2012

para o Ministério dos Transportes, foram empenhados R\$ 4 bilhões e pagos R\$ 219 milhões — menos de 1,5% do previsto.

Na avaliação dos senadores, a paralisação das obras compromete as rodovias e aumenta os custos da produção, trazendo prejuízos às empresas responsáveis pelas obras e colocando empregos em risco.

— Ações como a redução de IPI trazem resultados pífios. É preciso investimentos em infraestrutura. O governo quer colocar o Brasil em movimento via consumo, mas as famílias e as empresas estão endividadas por conta da paralisação das obras — disse Lúcia Vânia

(PSDB-GO), presidente da CI.

Os senadores trataram, ainda, entre outros assuntos, dos investimentos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Nova reunião será marcada pela ministra para informar as providências tomadas pelo governo.

Também participaram do encontro Sérgio Souza (PMDB-PR), Blairo Maggi (PR-MT), Eduardo Braga (PMDB-AM), Vicentinho Alves (PR-TO), Kátia Abreu (PSD-TO), Cyro Miranda (PSDB-GO), Jayme Campos (DEM-MT), Valdir Raupp (PMDB-RO), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e Ana Amélia (PP-RS).



Lúcia Vânia, presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, conversa com a ministra Gleisi (D), no Planalto, acompanhada por outros 12 senadores

## Seminário discute desafios do Brasil na ciência

Cristovam Buarque (PDT-DF) anunciou que apresentará um projeto de lei obrigando todo bolsista de pós-graduação de órgão público a dedicar quatro horas semanais a palestras sobre ciência em colégios.

A ideia surgiu a partir da exposição do físico e astrônomo Marcelo Gleiser ontem, no seminário Caminhos para a Inovação.

O evento, realizado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, abordou os desafios do país em ciência e tecnologia.

Os debates foram coordenados por Gleiser e pelo

médico e neurocientista Miguel Nicolelis.

Cristovam disse que, enquanto os cientistas fizeram propostas concretas acerca do que é preciso fazer para o Brasil avançar, os funcionários de órgãos públicos preferiram falar sobre o que foi feito e o quanto já foi gasto na área.

— Não conseguiram dar proposta concreta. A gente fica na euforia de que o Brasil está melhor do que antes sem perceber que está ficando pra trás.

O custo Brasil, enfrentado pelos empreendedores que desejam investir no país, foi

um dos pontos cruciais abordados no seminário.

De acordo com Vital do Rêgo (PMDB-PB), o custo para investir na China e nos países do leste asiático é metade do que um empresário precisa enfrentar para empreender no Brasil.

— Isso tudo ocorre por falta de inovação. Não desenvolvemos nossa capacidade de pensar e inovar com a pesquisa e o conhecimento que temos. Na China e no leste asiático, o custo para isso é reduzido em 100%. Nós não temos ainda um nível político de prioridade nessa área — lamentou.

### Ricardo Ferraço diz que governo tem de retomar investimento

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) fez ontem, em Plenário, análise dos gargalos que dificultam o crescimento brasileiro e destacou a importância do investimento em infraestrutura.

— Mais que medidas pontuais para desonerar a economia, o Brasil precisa intensificar suas reformas estruturantes com o reforço dos investimentos públicos — disse o senador.

### Jayme Campos critica sistema de demarcação de terras indígenas

Deve ser do Congresso a tarefa de debater democraticamente a demarcação das terras indígenas, defendeu Jayme Campos (DEM-MT). O senador disse que as regras atuais causam distorções, como revela reportagem da revista *Veja*.

### Wellington cobra atenção a estados com potencial energético

Estudos já confirmaram a existência de grandes reservatórios de gás e petróleo na região do rio Parnaíba, disse Wellington Dias (PT-PI), cobrando atenção do governo federal para a geração de energia no Piauí e no Maranhão.

O senador pediu agilidade na realização dos leilões para exploração de gás natural na região.

## Simon: PT não poderia ter se oposto à convocação de ex-Dnit e ex-Delta

Pedro Simon (PMDB-RS) criticou no Plenário o adiamento da convocação de Fernando Cavendish, ex-dono da construtora Delta, e de Luiz Antônio Pagot, ex-diretor-

à disposição para prestar depoimento e que Cavendish declarou que por R\$6 milhões compraria qualquer senador.

— Nós estamos vivendo nesta comissão um momento

muito ruim na vida do PT. Talvez o PT marque esta data na sua história. Foi naquele dia 14 de junho, na reunião da CPI, que o PT realmente mudou, assumindo uma

posição que ele nunca tomaria. Um partido como o PT, com a história e a biografia que tem, votar contra a vinda do senhor Pagot e do senhor Cavendish?



Waldemir Barreto/Agência Senado

Simon considerou essa decisão “um dos piores momentos na história do Partido dos Trabalhadores” — a bancada do PT votou contra os depoimentos.

Simon lembrou que Pagot deu entrevista colocando-se

## Alvaro: CPI será farsa se Pagot e Cavendish não forem ouvidos

Alvaro Dias (PSDB-PR) lamentou em Plenário a decisão tomada pela CPI do Cachoeira de adiar a convocação do ex-diretor-geral do Dnit Luiz Antônio Pagot e de Fernando Cavendish, ex-dono da Delta Construções.

Na avaliação de Alvaro, as provas levantadas pela Polícia Federal revelando o recebimento de volume expressivo de recursos do governo federal pela Delta, utilizados no pagamento de propina, seriam suficientes para justificar a tomada de depoimentos dos dois.

— Se não ressuscitarmos a crença nessa CPI, estaremos afrontando uma instituição parlamentar essencial no Estado democrático de direito.

Analisando a decisão de não convocação de Pagot e Cavendish, Alvaro se disse forçado a acreditar que as especulações sobre a orientação da CPI do Cachoeira para não aprofundar as investigações

são realmente procedentes.

— Há, sim, orientação política nessa CPI. O objetivo não é investigar a empresa Delta e as suas conexões com o setor público.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Collor: CNMP acata de imediato duas ações contra Roberto Gurgel

Fernando Collor (PTB-AL) comunicou que Almino Afonso Fernandes, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), notificou o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, e sua esposa, a subprocuradora Cláudia Sampaio Marques, para que em 15 dias prestem esclarecimentos sobre a conduta adotada em relação à Operação Vegas, da Polícia Federal, que investigou a exploração de jogos ilegais.

— Ambos os despachos foram efetuados no dia da apresentação das representações, dia 12. Ou seja, os dois processos foram acolhidos de imediato — disse Collor.

Segundo ele, é a primeira vez que isso acontece desde 1988. Collor apresentou seis representações por crimes de prevaricação, atos de improbidade e ilícito administrativo, entre outros.

## Paim quer voto aberto no Legislativo em todas as situações

Paulo Paim (PT-RS) pediu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 50/06,

de sua autoria, que extingue o voto secreto no Poder Legislativo em todas as situações, inclusive em casos de cassação de mandato e análise de vetos presidenciais. Paim disse defender “causas e não coisas” ao rejeitar exceções.

— Não há meio voto secreto. Ou a gente termina ou não termina com o voto secreto. Cada um tem que assumir a sua posição perante a sociedade — afirmou.

Ele disse que, em 27 anos no Congresso, jamais viu um veto ser derrubado “na escuridão do voto secreto”. A Presidência da República, afirmou, fica com o ônus do veto, que acaba mantido.



Marcia Kallume/Agência Senado

Dados bancários, fiscais, telefônicos e de internet de Marconi e Agnelo serão acessados pela comissão, que decidiu não convocar ex-dono da construtora Delta e ex-diretor do Dnit

# CPI quebra sigilo de governadores, mas dispensa Cavendish e Pagot

A CPI MISTA do Cachoeira confirmou, por unanimidade, a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e de internet dos governadores de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), e do Distrito Federal, Agnelo Queiroz (PT). As informações abrangem dez anos, como as demais quebras de sigilo aprovadas na CPI. Os dois já haviam anunciado que estão dispostos a abrir mão dos sigilos.

Em duas votações apertadas, a CPI decidiu não convocar o ex-presidente da construtora Delta Fernando Cavendish e o ex-diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) Luiz Antônio Pagot. O relator da CPI, deputado Odair Cunha (PT-MG) considerou não ser o momento adequado, o que gerou protestos principalmente de parlamentares do PSDB, do DEM e do PDT.

O depoimento de Cavendish foi rejeitado por 16 votos a 13. Ciro Nogueira (PP-PI) argumentou que está na hora de a CPI se dedicar ao grande volume de documentos e evitar outros “depoimentos infrutíferos”. Já Alvaro Dias (PSDB-PR) defendeu não só a convocação de Cavendish, como também a quebra dos seus sigilos.

— Ele afirmou que compra políticos e pode comprar um senador por R\$ 6 milhões. Estamos preparados para interrogá-lo, e os depoimentos, no mínimo, jogam luz para a opinião pública — disse o senador.

A convocação de Pagot foi rejeitada por 17 votos a 13, e Cunha afirmou que a CPI vai ouvir o ex-diretor do Dnit segundo a conveniência da comissão e não conforme o desejo do próprio



Magno Malta e Vital do Rêgo participam dos debates realizados ontem pela CPI do Cachoeira

Pagot, que disse estar disposto a falar. — Se quiser denunciar algum crime, pode procurar a Polícia Federal — disse.

## Fio desencapado

Para o deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), chamar Pagot seria discutir contribuição de campanha eleitoral, o que não é foco da CPI. O senador Pedro Taques (PDT-MT), por sua vez, disse que Pagot é um “fio desencapado” e que a CPI está com medo dele. De acordo com ele, a CPI tem três núcleos: Cachoeira, os agentes políticos e os empresários. Daí a necessidade de convocação de Cavendish e Pagot.

— A Delta recebeu R\$ 4 bilhões do governo em menos de dez anos, principalmente por meio do Dnit. Não ouvi-los agora é transformar isto aqui numa CPI café com leite, numa farsa. Se ouvimos os governadores, por que não fazer o mesmo com Cavendish e Pagot? Qual o receio? — questionou Taques.

A apresentação de um requerimento para convocar a presidente Dilma Rousseff também provocou tumulto entre os parlamentares. Deputados e senadores do PT alegaram ser uma afronta à Constituição. A iniciativa partiu dos deputados do PSDB Carlos Sampaio, Fernando Francischini, Domingos Sávio e Vanderlei Macris.

O presidente da CPI, Vital do Rêgo (PMDB-PB), interveio de forma enérgica e anunciou que, embora já tivesse sido protocolado na secretaria da comissão, o requerimento seria rejeitado de imediato.

Ao abrir a reunião, Vital informou que a CPI mista do Cachoeira já aprovou 328 requerimentos, 57 quebras de sigilos bancários, telefônicos e fiscais e 18 convocações para depoimentos.

Os requerimentos aprovados e os que ainda serão incluídos na pauta estão disponíveis na página do Senado na internet (<http://bit.ly/CPIrequerimentos>).

## Oposição pretende apresentar notícia-crime

Parlamentares da oposição na CPI querem que o ex-diretor-geral do Dnit seja ouvido pela Polícia Federal no Senado. A decisão foi anunciada ontem pelo deputado Miro Teixeira (PDT-RJ). Ele disse que deputados e senadores do PSDB, PPS, DEM, PDT, PSOL e até do PMDB pretendem apresentar uma notícia-crime à PF sobre as acusações que Pagot fez pela imprensa, como o uso de caixa dois em campanhas eleitorais por PT e PSDB.

— Tudo o que Pagot vier a dizer à imprensa, à Polícia Federal, ao Ministério Público, desde que sirva ao interesse da investigação, será aproveitado pela CPI — disse o relator da CPI, Odair Cunha.

O deputado Fernando Francischini (PSDB-PR) criticou a decisão do desembargador Tourinho Neto, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), de considerar nulas as escutas telefônicas obtidas pela Operação Monte Carlo. A decisão final depende de outros dois juízes.

## Miro denuncia “tropa de cheque” e almoço em Paris

Miro Teixeira apresentou requerimento de informações sobre “uma delegação de parlamentares que viajou a um país africano, teria voltado ao Brasil por Paris e almoçado na França com Fernando Cavendish, ex-dono da construtora Delta”.

— Quero saber se algum deles participa da CPI e se o voto deles foi decisivo para o resultado contrário à convocação de Cavendish — disse.

Segundo o deputado, há uma “tropa de cheque” trabalhando para evitar o depoimento. Miro defende um “caminho do bom senso”, aprovando a convocação sem data determinada.

— Não se pode construir um discurso contra a convocação. Cavendish se deixou gravar dizendo que conseguiria obras por R\$ 30 milhões, que não estava interessado em comprar politiquinhos pequenos, porque comprava os grandes — afirmou.

O deputado Cândido Vaccarezza (PT SP) disse não aceitar “acusações genéricas” e pediu que Miro citasse quem é a “bancada do cheque”.

## Demóstenes vai ao STF para aumentar prazo de defesa

Demóstenes Torres (sem partido-GO) recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar suspender o processo disciplinar no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado. Com a alegação de constrangimentos ilegais, o parlamentar impetrou ontem mandado de segurança com pedido de liminar.

Hoje acaba o prazo para que ele

apresente suas alegações ao conselho — que pretende votar o relatório do processo de quebra de decoro na próxima segunda-feira.

Demóstenes questiona o exíguo prazo entre suas alegações e a apresentação do relatório, a ser feita por Humberto Costa (PT-PE). De acordo com o mandado de segurança, o relator “ao que parece, não pretende levar em consideração

qualquer consideração defensiva que será posta em alegações finais, num evidente pré-julgamento”.

O senador questiona a expectativa de votação do relatório na própria segunda-feira. Na interpretação deles, o Código de Ética do Senado (Resolução 20/93) estabelece um intervalo de dez dias contados da apresentação do relatório até a sua votação no colegiado.

## Mulher de Cachoeira e radialista vão depor

Na reunião de ontem, os integrantes da CPI decidiram convocar para prestar depoimento a mulher de Cachoeira, Andressa Mendonça, e o radialista Luiz Carlos Bordoni, que fez campanha para o governador Marconi Perillo, além do ex-segurança de Demóstenes Torres (sem partido-GO) Hrilner Ananias, cujo nome é citado em ligações telefônicas, captadas pela Polícia Federal, entre o contraventor e integrantes do grupo comandado por ele.

Andressa foi convocada pelos parlamentares para prestar esclarecimentos com o argumento, no requerimento, de que ela “circulava entre figuras importantes, como políticos, empresários e jornalistas” e tem conhecimento sobre a rede de influência do marido.

A convocação do radialista Bordoni foi justificada pelo fato de que ele afirmou, em entrevista à imprensa, ter recebido dinheiro da Alberto & Pantoja Construções para prestar serviço à campanha de Marconi Perillo ao governo de Goiás em 2010. Segundo a Polícia Federal, a Alberto & Pantoja é uma empresa de fachada de Cachoeira para lavar dinheiro da Delta.

## Sigilos quebrados

Com 17 votos favoráveis e nenhum contrário, a CPI aprovou ainda quebras de sigilos bancário, fiscal e telefônico de pessoas físicas e jurídicas suspeitas de envolvimento nas atividades do esquema comandado por Cachoeira. Uma delas é a Excitant Confeccões, responsável pelos três cheques recebidos por Marconi referentes à venda da casa onde o contraventor foi preso em fevereiro.

Os deputados e senadores também terão acesso aos dados da Faculdade Padrão, cujo dono é o empresário Walter Paulo Santiago, que, diferentemente de Marconi, alegou ter feito o pagamento da casa com dinheiro vivo, usando notas de R\$ 50 e R\$ 100 em “pacotinhos”.

## Aprovações

Outras convocações e quebras de sigilos aprovadas pela CPI do Cachoeira

**Alcino de Souza:** proprietário da GM Pneus e Peças Ltda., que seria empresa de fachada.

**Rubmaier Ferreira de Carvalho:** contador que teria realizados saques milionários e estaria envolvido na criação de empresas de fachada utilizadas para movimentar dinheiro.

**Ana Cardoso de Lorenzo:** sócia de uma empresa de pesquisa contratada por Marconi Perillo para a campanha de 2010, teria recebido dois cheques de R\$ 56 mil da Alberto & Pantoja Construções, suposta empresa de fachada do grupo.

**Lúcio Fiúza Gouthier:** assessor direto de Marconi, teria presenciado o pagamento da casa comprada pelo empresário Walter Paulo Santiago do governador. No imóvel, Carlos Cachoeira foi preso pela PF.

**Alexandre Milhomem:** arquiteto responsável por reformas na casa vendida por Marconi.

**Rental Frota Distribuição e Logística:** empresa de Jayme Rincón que teria recebido R\$ 600 mil de empréstimo de Cachoeira.

**Mestra Administração e Participações:** empresa administrada por Walter Paulo Santiago, suposto comprador da casa de Marconi.

A íntegra dos requerimentos votados está na página do Senado na internet:



Marcel Souza de Cursi (Mato Grosso), Luiz Carlos Hauly (Paraná), senador Benedito de Lira e Leonardo Colombini (Minas Gerais): mudança de cálculo

## Estados querem ampliar base de impostos que abastece fundo

Participantes de audiência sobre pacto federativo apontam distorção na base de cálculo do FPE existente desde 1994

SE AINDA NÃO há consenso quanto à proposta ideal de reestruturação da partilha do Fundo de Participação dos Estados (FPE), parece haver convergência quanto à necessidade de mudança em sua base de cálculo. O tema foi discutido em audiência sobre a revisão do pacto federativo realizada ontem pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

A composição do FPE se baseia no recolhimento de dois impostos, o de Renda (IR) e o sobre Produtos Industrializados (IPI), que, em 1985, representavam quase 75% da arrecadação tributária da União. Segundo Francisco

Dornelles (PP-RJ), a distorção na base de cálculo do fundo começou em 1994, quando a União criou impostos e contribuições não compartilhados com estados e municípios. Atualmente, apenas 45% da arrecadação tributária federal é dividida com os entes.

O secretário da Fazenda do Paraná, Luiz Carlos Hauly, explicou que a repartição do fundo é feita por critério “estritamente político”: 85% para os estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e 15% para os do Sul e Sudeste. Esse formato foi considerado “arbitrário e anacrônico” por Marta Suplicy (PT-SP). Para a senadora, seria “mais racional” a partilha se basear no Índice de Desenvolvimento Humano

(IDH) que na renda *per capita*.

Já o secretário de Fazenda de Minas Gerais, Leonardo Colombini, avaliou como inadequada a aplicação do FPE para redução de desigualdades regionais. Wellington Dias (PT-PI) acrescentou que, nesse caso, o uso dessa receita pelos estados para bancar folha de pagamento e custeio da máquina pública indicaria desvirtuamento na aplicação. Por isso, Cristovam Buarque (PDT-DF) sugeriu que o debate sobre o FPE envolva também o modo de aplicação dos recursos.

— Se houvesse a federalização da educação básica, por exemplo, os estados ficariam aliviados de gastos imensos, liberando as verbas do Fundeb para a União — disse.

## Substituição de dívidas estaduais por investimentos

A renegociação da dívida dos estados com a União também foi tratada na audiência da CAE, CCJ e CDR. Entre senadores e secretários de Fazenda dos estados, é forte a rejeição da taxa Selic como substituto do IGP-DI na correção desses débitos. A comissão de notáveis que estuda o pacto federativo analisa a possibilidade de trocar o IGP-DI pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor

Amplio (IPCA). Também é forte o apoio à redução do índice de comprometimento da receita corrente líquida (RCL) dos estados com pagamento de dívidas com a União, que hoje é de 13%.

Para Francisco Dornelles, autor de projeto (PLS 86/12) sobre o tema, a dívida passada deve ser corrigida pelo IPCA (estabelecendo-se um teto anual de 8% para o pagamento dessa dívida),

e a futura, por um juro fixo, como faz o BNDES, na faixa de 2% a 3%. Roberto Requião (PMDB-PR) propõe que a União possa abrir mão de 50% desses créditos diante de convênio com estados e municípios que se comprometam a investir em infraestrutura e ações nas áreas de saúde e educação. Pelos cálculos de Requião, a medida disponibilizaria cerca de R\$ 14 bilhões para investimentos.

## Dornelles apresenta proposta para reorganizar orçamento

Francisco Dornelles (PP-RJ) comunicou a apresentação à Comissão de Assuntos Econômicos de projeto para reorganizar o orçamento. Até hoje, frisou, a República só teve duas leis com normas com esse objetivo: o Código de Contabilidade Pública, de 1922, e a Lei Geral, de 1964.

— Esta última está por completar meio século. Ficou defasada em relação a tantas transformações na economia e na sociedade.

Depois da Lei de Responsabilidade Fiscal, afirmou, era de se esperar uma atualização, o que não ocorreu.

— Há uma lacuna institucional que dá margem para que cada Executivo e Legislativo crie suas próprias regras. Por isso, estou apresentando um substitutivo, que constitui menos uma proposta acabada, e mais um convite para um debate conclusivo.

O senador defendeu a valorização do planejamento governamental.

— O Estado e a sofisticação da economia exigem uma reforma que deve preconizar a exigência de que planos de governo não contemplem algo diferente do Plano Plurianual, da lei de diretrizes, da aproximação da autorização orçamentária para disponibilidade financeira, da classificação e da abrangência precisas das contas públicas, da definição das responsabilidades dos agentes públicos, da uniformização da gestão dos fundos e do regime de competência para toda contabilidade.



Proposta de Dornelles valoriza planejamento



Relator, Eduardo Braga corrige “sangria causada na classe médica”

## Comissão corrige erro em MP para evitar perdas salariais

A comissão mista que analisa a Medida Provisória 568/12 aprovou antontem o relatório de Eduardo Braga (PMDB-AM), relator pelo Senado e líder do governo.

O texto atendeu reivindicações de profissionais de saúde da rede federal, que denunciaram a proposta por prever

perdas salariais e aumento de carga horária. Pela Câmara, o relator é Osmar Serraglio (PMDB-PR).

— Estamos aqui para admitir que um erro foi cometido e, por isso, estamos corrigindo a sangria causada na classe médica — disse Braga.

O senador disse ter negociado

com os ministérios do Planejamento, Casa Civil e Relações Institucionais a retirada de pontos que prejudicavam médicos, veterinários e servidores do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs). Foram estabelecidas tabelas específicas para esses profissionais.

Ele também modificou artigos que instituíam remuneração fixa por insalubridade e periculosidade, o que representaria redução do salário. O pagamento permanece conforme o modelo atual. Braga também excluiu a Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI).

### Mesa do Senado Federal

**Presidente:** José Sarney

**1º vice-presidente:** Marta Suplicy

**2º vice-presidente:** Waldemir Moka

**1º secretário:** Cícero Lucena

**2º secretário:** João Ribeiro

**3º secretário:** João Vicente Claudino

**4º secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### Agência Senado

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.gov.br/noticias](http://www.senado.gov.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

## Ana Amélia: falta de infraestrutura prejudica indústria



Ana Amélia (PP-RS) classificou a desindustrialização do Brasil de "lamentável e dura realidade". Segundo

ela, o país perde competitividade por falta de infraestrutura. Em pronunciamento, a senadora disse que a infraestrutura, notadamente o setor de transportes, precisa de "providências corajosas" do governo.

— Pelo segundo ano consecutivo, nossas estradas, portos, ferrovias, hidrovias e aeroportos ficaram entre os últimos lugares do mundo em qualidade, segundo o *ranking* preparado pelo Fórum Econômico Mundial. Países como México, China, Turquia, Chile e África do Sul deixaram o Brasil para trás.

Ana Amélia citou o ex-diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) Bernardo Figueiredo, que afirmou que o Brasil está diante de um "apagão logístico". A senadora lamentou a falta de prioridade para a melhoria das estradas, das quais pouco mais de 15% são pavimentadas.

## Ferraço relata visitas a Holanda e Cingapura



Ricardo Ferraço (PMDB-ES) relatou visita a Cingapura e Holanda como parte de uma missão espe-

cial do Espírito Santo para firmar acordos comerciais.

Em Cingapura, a missão conheceu as instalações da empresa Sembcorp Marine, que irá construir um estaleiro em Aracruz para construção de plataformas de petróleo.

O senador informou que a iniciativa, um investimento de R\$ 1 bilhão, criará 2 mil empregos durante a instalação do estaleiro e 8 mil quando estiver funcionando.

Já em Roterdã, cidade industrial da Holanda, Ferraço explicou que o governo capixaba firmou parceria para construção de um novo porto em Presidente Kennedy. A expectativa é de que em julho técnicos holandeses iniciem os estudos preliminares da obra, um investimento de R\$ 5 bilhões com previsão de início em 2014.

Em audiência, auditor apontou falhas na aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte; governo negou

# Empréstimo na Amazônia com verba pública privilegia áreas ricas, diz TCU

UMA AUDITORIA DO Tribunal de Contas da União (TCU) apontou uma falha grave na aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO): entre 2007 e 2011, metade do dinheiro foi enviada para as localidades com a renda mais alta dos estados da Amazônia.

A regra básica do FNO é que seus financiamentos priorizem o setor produtivo das áreas menos desenvolvidas econômica e socialmente, conforme prevê a Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Os empréstimos do FNO são concedidos por meio do Banco da Amazônia (Basa).

— Há ainda outro descolamento com a política: não há vinculação dos investimentos em infraestrutura com iniciativas produtivas da região — disse Paulo Lima Junior, auditor do TCU, em audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

A audiência foi realizada ontem e discutiu a aplicação de recursos públicos nos estados da Amazônia e a

possível concentração em grandes investimentos, em detrimento de setores mais carentes da região.

O presidente do Banco da Amazônia (Basa), Abidias José de Sousa Júnior, negou que haja concentração de investimentos. Ele afirmou que 98% dos municípios da região são contemplados com créditos públicos disponibilizados pelo banco.

— Temos um trabalho em parceria com o Ministério da Integração Nacional, estados e municípios, que é o FNO Itinerante, pelo qual saímos para divulgar as oportunidades que o fundo pode trazer para a região — disse.

## Concentração

Jenner Guimarães do Rêgo, secretário de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério da Integração Nacional, assinalou que a aplicação em micro e pequenas empresas do Norte é superior à verificada em outras regiões do país.

Segundo afirmou, os contratos com pequenos empre-

são muito mais numerosos do que aqueles direcionados a grandes empreendimentos. O montante de recursos dos primeiros, porém, é bem menor que o dos segundos, dando a falsa impressão de distorção de prioridades.

— Também não podemos esquecer que toda a região é comparativamente muito carente e não podemos descartar grandes investimentos em regiões metropolitanas, em função do maior ou menor cuidado com a concentração de recursos.

Gil Castello Branco, consultor da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), reclamou da falta de transparência do Banco da Amazônia na divulgação de dados sobre os recursos aplicados.

Autora do requerimento propondo o debate na Comissão de Agricultura, Kátia Abreu (PSD-TO) acusou o Basa de atuar como banco comercial, e não como instituição de fomento.

De acordo com a senadora, as agências do Banco da Amazônia no Tocantins

têm praticado venda casada — exigindo dos produtores rurais, segundo ela, a compra de serviços bancários como condição para a liberação dos créditos.

— O Basa não pode impor regras para empréstimos com recursos do FNO, pois não são recursos do banco — frisou.

Em resposta, Abidias de Sousa disse desconhecer a prática e prometeu apurar.

## Elogios

O presidente da Comissão de Agricultura, Acir Gurgacz (PDT-RO), afirmou que em seu estado a situação é diferente daquela narrada por Kátia Abreu.

— Em Rondônia, nosso agricultor tem acesso ao banco com facilidade. Ele tem parceria com o banco. Nossa experiência em Rondônia é muito positiva. O Banco da Amazônia ajuda muito a economia do nosso estado — disse Gurgacz.

Valdir Raupp (PMDB-RO) elogiou a atuação do Basa e afirmou que Rondônia tem "um histórico de sucesso" na relação com o banco.



Paulo Lima Junior (TCU), Jenner Guimarães (Integração Nacional), senador Acir Gurgacz, Abidias de Sousa Júnior (Basa) e Gil Castello Branco (CNA) participam da audiência

## Senado propõe ao governo juros menores para agricultores

A CRA enviará ao governo federal uma proposta para que o Plano Agrícola e Pecuário 2012-2013 preveja crédito para custeio da safra com juros máximos de 4,5% para a agricultura comercial e 3% para a familiar.

Atualmente, os grandes produtores pagam juros de até 6,75%. Os pequenos, de até 4,5%.

A proposta foi anunciada pelo presidente da CRA, Acir Gurgacz (PDT-RO), na audiência pública em que se discutiu o novo Plano Safra, que será anunciado pelo governo neste mês.

Antes de sugerir as novas taxas, os senadores cobraram de João Pinto Rabelo Junior,

secretário-adjunto de Política Agrícola do Ministério da Fazenda, o anúncio da redução dos juros no crédito rural, mas conseguiram apenas a informação de que há um estudo sobre o assunto em curso.

Os senadores consideram injusto manter os atuais encargos para o agronegócio frente às quedas da taxa Selic e de tributos para outros setores.

— Por que nós, que geramos superávit, temos as mesmas taxas de quando a Selic era 18% e não temos estímulos como os direcionados para indústria automobilística, por exemplo? — questionou Waldemir Moka (PMDB-MS).

Em apoio aos argumentos do senador, Paulo Nascimento

Júnior, da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), afirmou que a redução do custo do financiamento rural representaria um grande estímulo à produção de alimentos.

## Otimismo

Em resposta a um questionamento de Ana Amélia (PP-RS), Wilson Vaz de Araújo, diretor do Departamento de Economia Agrícola do Ministério da Agricultura, disse ver com otimismo as negociações que irão definir o volume de recursos de crédito rural a ser anunciado pelo governo e os custos dos financiamentos.

De acordo com a representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

(CNA), Rosimeire Santos, o anúncio do novo plano está sendo aguardado com grande expectativa, uma vez que o setor enfrenta perdas devido a secas e cheias ocorridas nos últimos meses.

Ao comentar o assunto, Wilson de Araújo informou que o governo federal já está adotando medidas para ajudar produtores rurais cujas colheitas foram afetadas por problemas climáticos.

Na opinião de Sérgio Souza (PMDB-PR), as ajudas governamentais não deveriam ocorrer apenas "na hora do desespero", mas serem oferecidas de forma estratégica, para manter a capacidade produtiva do agronegócio.

Pedro Franco/Agência Senado



Na audiência, Wanderley Codo, Gerson Zafalon Martins, Paulo Davim, Geilson Gomes de Oliveira e Ricardo Abdou

## Em 4 anos, 102 médicos do INSS foram agredidos

Estatística foi apresentada à Comissão de Direitos Humanos pela Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social; segurado costuma atacar quando profissional nega concessão do auxílio-doença

NÚMERO INSUFICIENTE DE profissionais, falta de segurança nas agências do INSS e infraestrutura precária para os atendimentos foram alguns dos problemas levantados pelos participantes da audiência pública promovida ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater as condições de trabalho dos médicos peritos da Previdência.

Segundo o professor da Universidade de Brasília (UnB) Wanderley Codo, especialista em saúde do trabalho, a atividade do perito previdenciário está cercada de situações de conflito. A principal delas é com o próprio segurado, uma vez que cabe ao perito adotar posição de desconfiança.

— Ao contrário do atendimento comum, o perito deve, por obrigação funcional, desconfiar [do laudo que afastou o trabalhador]. Surge, então, outro conflito, com o médico assistente, responsável pelo primeiro laudo — disse.

Além disso, avaliou o especialista, o perito vive um drama ético, uma vez que o benefício previdenciário destina-se na maioria das vezes a pessoas em situação de pobreza extrema.

— Toda a legislação e toda a política previdenciária estão

personalizadas no perito, e ele acaba sendo o responsável por tudo.

### Fragilidade

O resultado, segundo os especialistas ouvidos pela CDH, é uma situação de fragilidade no exercício da atividade de médico perito do INSS. Inúmeros são os casos de ameaças e de violência sofridas por esses profissionais. Foram registrados nos últimos quatro anos dois homicídios de servidores em agências do INSS.

— Desde 2008, foram 102 casos de agressões relatados. Ameaças com ácido, com bombas, uma pessoa ameaçou tocar fogo em uma agência com dois galões de querosene — disse Geilson Oliveira, presidente da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social.

Às ameaças somam-se condições precárias de trabalho. A longa espera por um atendimento, que pode durar seis meses em algumas agências, aumenta a tensão entre os segurados.

De acordo com Geilson Oliveira, as salas inadequadas são isoladas por biombos e não têm nem sequer pia para a assepsia dos profissionais, os edifícios que abrigam as agências são

velhos e o sistema de informática não é confiável.

— As pessoas que estão nas agências acabam se sentindo desrespeitadas.

Segundo o presidente da Associação de Peritos, há carência de mil profissionais. Atualmente, são 4,2 mil para 44 milhões de segurados do INSS.

Além da realização de concursos e do aumento dos investimentos no atendimento dos segurados, os peritos pleiteiam a criação de uma carreira específica — a de perito geral da União — desvinculada do Ministério da Previdência Social e do INSS. A medida conferiria maior autonomia aos profissionais, que reclamam do fato de a atividade ser considerada meramente administrativa.

O presidente da Sociedade Brasileira de Perícias Médicas, Jarbas Simas, disse que a carreira poderá prestar serviços para diversas áreas da administração, inclusive para a Justiça.

Ele propôs a substituição do nome “auxílio-doença” por “auxílio por incapacidade laboral”, uma vez que não cabe ao perito avaliar se a pessoa está doente, mas se a doença diagnosticada é incapacitante.

A audiência pública foi presidida por Paulo Paim (PT-RS) e Paulo Davim (PV-RN).

## Raupp: transposição de servidores tem avanço



Valdir Raupp (PMDB-RO) agradeceu ao governo federal pelo avanço no processo de transposição dos servidores do antigo território de Rondônia para os quadros da União. Ele informou que, na noite de anteontem, a Advocacia-Geral da União (AGU) já estava de posse da nota técnica que seria o último documento formal necessário para colocar em prática a medida. A expectativa é que a transposição ocorra, de fato, até dia 28.

— É uma dívida que a União tem há mais de 23 anos com o nosso estado — disse, lembrando que a mudança pode gerar uma economia de R\$ 40 milhões por mês para os cofres do estado.

## Anibal Diniz comemora 50 anos do estado do Acre



Anibal Diniz (PT-AC) saudou os 50 anos, comemorados hoje, da elevação do antigo território do Acre à categoria de estado.

— Alcançar essa vitória, entretanto, não é fácil.

Ele lembrou que o território foi incorporado a partir da luta armada de um exército de seringueiros sob o comando de um gaúcho, coronel Plácido de Castro, que conquistaram uma extensa área de floresta amazônica para o Brasil.

Ao término da revolução, o governo instituiu em 1903 a figura do território federal. Em 1962, João Goulart assinou a lei criando o estado do Acre.

## Cyro Miranda defende eliminação do trabalho de criança e adolescente no país

Cyro Miranda (PSDB-GO) defendeu a eliminação do trabalho infantil no país. Ele afirmou que, apesar de proibida por lei, a exploração é realidade para quase três milhões e meio de crianças e adolescentes. Cyro explicou que as ações para combater o crime devem ser feitas em todos os níveis, mas, sobretudo, no municipal.

— É nas ruas e avenidas de nossas cidades, pequenas ou grandes, que conseguimos ter a justa dimensão do trabalho infantil, muitas vezes um problema negligenciado tanto

pelas autoridades quanto pela sociedade — ressaltou.

O senador disse que a incidência pode variar de acordo com a faixa etária e a região e sublinhou que um dos motivos do alto número de crianças trabalhando é a desigualdade social.

Para ele, o país deve levar ao extremo o lema do Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil

“Eliminar o trabalho infantil em defesa dos direitos humanos e da justiça social”, principalmente porque sediará em 2013 a 3ª Conferência Global do Trabalho Infantil.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Lúcia Vânia ressalta importância do combate a “uma das piores chagas sociais”

O Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil (12 de junho) também foi lembrado por Lúcia Vânia (PSDB-GO), para ela “uma das piores chagas sociais da humanidade”.

— A exploração de crianças é quase tão velha quanto nossa história.

A senadora chamou a atenção para o fato de que o trabalho precoce compromete o desenvolvimento físico e psicológico das crianças, além de as afastar da escola e da convivência saudável com familiares e amigos.

Lúcia Vânia informou ainda

que 2012 marca os 13 anos da adoção, pelo Brasil, da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que prevê a eliminação do trabalho infantil. Secretária de Assistência

Social no governo Fernando Henrique, ela também destacou os bons resultados do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti).

— Ao proporcionar jornada escolar e de lazer ampliada para crianças e adolescentes, o Peti melhora a nutrição, a saúde e os hábitos de higiene desses jovens.



Moreira Manzini/Agência Senado

## Lídice relata rede dos EUA para proteção contra tráfico humano

Relatora da CPI do Tráfico de Pessoas, Lídice da Mata (PSB-BA) relatou visita aos Estados

Unidos para conhecer mecanismos de enfrentamento ao problema. Acompanhada da presidente da CPI, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Lídice visitou Nova York e Washington.

Ela informou que, além de encontros com autoridades, também tiveram contato com as organizações não governamentais da área. A senadora disse que a visita reforçou sua convicção de sugerir legislação específica.

— O destaque foi conhecer a rede de proteção ao tráfico de pessoas e à violência doméstica, de proteção à mulher e à criança que sofre violência. Há uma política avançada de proteção nos Estados Unidos — relatou.

## Magno Malta critica arquivamento de inquérito na Bahia

Magno Malta (PR-ES) lamentou que a Justiça da Bahia tenha arquivado,

por falta de provas, inquérito contra um médico acusado de abusar do filho. Segundo o senador, o médico entrou na Justiça para que todos os provedores tirassem da internet as notícias sobre o episódio e uma desembargadora determinou que o Google tirasse as notícias do ar, inclusive um depoimento da criança.

— Tiraram a notícia até do meu site. Até o meu site foi violado — disse.

Malta disse que não se sente intimidado e que tem interesse na segurança da criança, e informou que enviará cópia de seu discurso ao presidente do Tribunal de Justiça da Bahia e ao procurador-geral de Justiça do estado.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Moreira Manzini/Agência Senado